

ON  
LINE

# 2ª Reunião Preparatória

## 16º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Realização:



Poder  
Judiciário

CNJ

CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

# RELATÓRIO



Brasília/DF 2022



## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

### **Presidente**

Ministro Luiz Fux

### **Corregedora Nacional de Justiça**

Luís Felipe Salomão

### **Conselheiros**

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho  
Mauro Pereira Martins  
Richard Pae Kim  
Salise Monteiro Sanchotene  
Márcio Luiz Coelho de Freitas  
Jane Granzoto Torres da Silva  
Giovanni Olsson  
Sidney Pessoa Madruga  
João Paulo Santos Schoucair  
Mário Henrique Goulart Ribeiro Maia  
Marcos Vinícius Jardim Rodrigues  
Marcelo Terto e Silva  
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

### **Secretário-Geral**

Valter Shuenquener de Araújo

### **Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica**

Marcus Livio Gomes

### **Diretor-Geral**

Johaness Eck

## **Departamento de Gestão Estratégica (DGE)**

### **Diretora**

Fabiana Andrade Gomes e Silva

### **Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário**

Gabriela Teixeira da Cunha Lobo

### **Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário**

Marcos Vinícius Silva Campos  
Natascha Barreto de Almeida Rangel

## **EXPEDIENTE**

### **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

#### **Secretária de Comunicação Social**

Cristine Genú

#### **Chefe da Seção de Comunicação Institucional**

Rejane Neves

#### **Projeto gráfico e diagramação**

Jeovah Hercúano Szervinsk Junior

#### **Capa**

Marcelo Gomes

ON  
LINE

# 2ª Reunião Preparatória

## 16º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Realização:



Poder  
Judiciário

CNU

CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

# RELATÓRIO



Brasília/DF 2022





# SUMÁRIO

Introdução.....	7
Solenidade de Abertura.....	7
Premiação do <i>Ranking</i> da Transparência do Poder Judiciário – ano 2022.....	8
Painel 1 – A Política Judiciária para o Meio Ambiente e o Sirenejud ....	10
Apresentação dos Resultados Parciais das Metas Nacionais 2022 .....	11
Apresentação do Relatório do Justiça em Números – ano-base 2021 ..	13
Reuniões Setoriais dos Segmentos de Justiça .....	14
Plenária Final – Apresentação da Proposta de Metas para 2023 .....	16
Anexo I – Programação da Reunião Preparatória .....	18
Anexo II – Links das Apresentações do Evento .....	19



## Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, nos dias 1º e 2 de setembro de 2022, a **2ª Reunião Preparatória para o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário**. O evento foi realizado virtualmente por meio da plataforma Cisco Webex.

O evento contou com a participação de presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

A 2ª Reunião Preparatória teve como objetivo realizar o acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, apresentar os premiados no *Ranking* da Transparência 2022, apresentar os Resultados Parciais das Metas Nacionais 2022, consolidar as propostas de Metas Nacionais para 2023 e apresentar o Relatório do Justiça em Números – ano-base 2021.

Ressalta-se que este Relatório tem o propósito de expor, de forma resumida, o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exibe referências, *links* e imagens dos principais acontecimentos.

O vídeo de apresentação da Reunião e dos respectivos painéis realizados no evento pode ser acessado pelo *link*: [2ª Reunião Preparatória para o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário](#).

## Solenidade de Abertura

A solenidade de abertura foi realizada pelo Corregedor Nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão; pela presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministra Maria Thereza de Assis Moura; pelo vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Og Fernandes; pelo vice-presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Péricles Queiroz, e pelo conselheiro do CNJ Richard Pae Kim.

Com a palavra, o Corregedor Nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, ressaltou a importância da reunião preparatória para o cumprimento da Estratégia Nacional no período 2021-2026. O ministro ressaltou que o Poder Judiciário atingiu a condição de poder independente no âmbito administrativo e judiciário a partir da Constituição Federal de 1988, e o marco disso foi a criação do CNJ, que tem o papel de inserir o Judiciário na gestão estratégica, na coleta de dados e na elaboração de políticas públicas que regem o Poder Judiciário.

Em seguida, a ministra do STJ Maria Thereza de Assis Moura destacou o papel fundamental da Rede de Governança na proposição de soluções e no enfrentamento de problemas complexos que são comuns aos órgãos do Judiciário, uma vez que o Judiciário não atua como poder autocentrado, pois a sociedade e todos os atores essenciais à justiça são anualmente chamados a se manifestar por meio

de consulta pública, realizada em consonância com a metodologia de elaboração e monitoramento das metas nacionais.

Logo após, a ministra destacou que a percepção do cidadão acerca do Judiciário, somada aos diagnósticos internos realizados, deve formar a base essencial para direcionar a definição de macrodesafios, metas e projetos. Maria Thereza de Assis Moura ressaltou, também, a importância de agirmos sempre com transparência, integridade e foco no interesse público.



Solenidade de Abertura

## Premiação do *Ranking* da Transparência do Poder Judiciário – Ano 2022

Em seguida, para apresentar a Premiação do *Ranking* da Transparência do Poder Judiciário – ano 2022, o conselheiro do CNJ ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Marcus Livio Gomes, foram chamados para compor a mesa.

Com a palavra, o conselheiro do CNJ afirmou que o *Ranking* da Transparência é mais um importante instrumento do aperfeiçoamento da gestão dos órgãos da justiça brasileira, uma vez que o *ranking* consegue, a partir de dados objetivos, avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos seus cidadãos.

Em seguida, o ministro citou alguns destaques desta edição do prêmio, tal como a subdivisão da premiação em categorias. O ministro parabenizou o desempenho dos órgãos da justiça e informou que 14 órgãos atingiram 100% de cumprimento do *Ranking*, atendendo, no total, 84 quesitos. Enquanto 66 órgãos, o que corresponde a mais de 70% do total, atingiram percentual superior a 90% de cumprimento de requisitos.

Com a palavra, o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Marcus Livio Gomes, fez agradecimento especial a todas as unidades técnicas do CNJ envolvidas na elaboração do *Ranking* da Transparência: Departamento de Gestão Estratégica, Secretaria Processual, Secretaria de Auditoria, Departamento de Tecnologia da Informação, Departamento de Acompanhamento Orçamentário, Secretaria de Comunicação, Departamento de Pesquisas Judiciárias, Ouvidoria, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria de Administração e Secretaria de Gestão de Pessoas.

O secretário salientou, ainda, que este ano foi um ano de muito sucesso para o CNJ, uma vez que o Conselho atendeu a 97,99% dos itens avaliados, o que gerou acréscimo relevante de 15% em relação ao desempenho do ano anterior.

Em seguida, foi exibido um vídeo com os tribunais agraciados na premiação, divididos em categorias, cujos resultados podem ser conferidos pelo *link* <https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/ranking-da-transparencia/ranking-da-transparencia-2022/>.



Premiação do Ranking da Transparência do Poder Judiciário

## Painel 1 – A Política Judiciária para o Meio Ambiente e o Sirenejud

Posteriormente à Premiação do *Ranking* da Transparência do Poder Judiciário, compuseram a mesa, para apresentação do Painel 1 – A Política Judiciária para o Meio Ambiente e o SireneJud, a juíza auxiliar do CNJ Livia Cristina Marques Peres e o diretor de projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Wilfredo Pacheco.

Com a palavra, a juíza auxiliar Livia Peres apresentou a Resolução CNJ n. 433/2021 e o Sirenejud: iniciou sua exposição esclarecendo que a política judiciária para o meio ambiente está de acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU, como: ação contra a mudança global do clima; paz, justiça e instituições eficazes; e vida terrestre.

Em seguida, a juíza discorreu a respeito das inovações normativas trazidas pela Resolução CNJ n. 433/2021, tal como as diretrizes de atuação estratégica dos órgãos do sistema de justiça para a proteção dos direitos intergeracionais ao meio ambiente.

Lívia Peres também apresentou os principais pontos de destaque da Resolução CNJ n. 433/2021, falando a respeito dos relatórios processuais, das atribuições do CNJ e dos tribunais brasileiros quanto à temática ambiental e das recomendações trazidas pela Resolução.

Com a palavra, o diretor de projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Wilfredo Pacheco, iniciou sua fala discorrendo sobre o painel interativo de dados ambientais e interinstitucionais – Sirenejud. Apresentou, brevemente, políticas judiciárias atuais em ação em prol do meio ambiente, quais sejam: Observatório do Meio Ambiente, Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente; Meta 12 do Planejamento Estratégico Nacional, Prêmio Juízo Verde, Plano de Logística Sustentável, entre outras.

Seguidamente, Wilfredo Pacheco explanou os objetivos do Sirenejud, que incluem integração de dados de diversas instituições públicas e privadas, interface intuitiva para o público e modernização da cultura do uso de dados pelo Judiciário por meio de tecnologias geoespaciais.

Logo após, o diretor do DPJ mostrou, por meio do painel, mapas de desmatamento, gestão fundiária, terras indígenas, além de assuntos de alta complexidade. Mostrou, também, algumas interfaces do sistema, como painel de dados, relatórios processuais e linhas temporais de ações ambientais, entre outras funcionalidades.



A Política Judiciária para o Meio Ambiente e o Sirenejud

## Apresentação dos Resultados Parciais das Metas Nacionais 2022

Após a apresentação do Pannel 1 – A Política Judiciária para o Meio Ambiente e o Sirenejud, compuseram a mesa, para apresentação dos Resultados Parciais das Metas Nacionais 2022, a juíza auxiliar do CNJ Dayse Starling Motta a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Andrade Gomes e Silva, e o chefe da seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia, Pedro Farage Assunção.

Com a palavra, a juíza auxiliar Dayse Starling Motta discorreu a respeito do papel das metas como política de gestão do Poder Judiciário, ressaltando que a compreensão e a evolução das metas contribuem para o Judiciário se tornar mais efetivo e próximo da sociedade.

Com a palavra, a diretora do DGE, Fabiana Gomes, iniciou sua fala mencionando a importância das reuniões preparatórias, não somente no processo de formulação das metas, como também como mecanismos de monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário. A diretora citou que os resultados apresentados representam uma fotografia dos tribunais no período de janeiro a junho com relação ao desempenho nas 12 metas firmadas para o ano de 2022.

Em seguida, o chefe da seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia, Pedro Farage, apresentou o Painel de Resultados das Metas Nacionais – 2022, com foco nos resultados da Meta 1, e explicou algumas de suas funcionalidades, tabelas e gráficos.

Logo após, novamente com a palavra, Fabiana Gomes apresentou, meta por meta, os resultados de cumprimento no ano de 2022, explicitando os percentuais alcançados pelos tribunais no primeiro semestre do ano.

Visualizando os aplicativos do Pedro C...

72% +

Tribunal	Todas	284	406	147,46
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	Todas	21	25	113,64
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Todas	23	13	94,17
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	Todas	66	250	373,13
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	Todas	693	1.890	276,11
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	Todas	38	165	425,95
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	Todas	54	303	559,91
Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	Todas	10	28	254,55
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	Todas	18	32	168,42
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	Todas	30	341	1.160,00
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	Todas	308	178	57,61
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	Todas	92	10	11,47

Respostas Meta 1

Ano	Meta	Segmento	Tribunal	Instância	Pergunta	Ano Ref.	Mês Ref.	Respostas
2022	1	Eletoral	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia		1º Grau comum	P.1.1	2022	Total 7230
								Jan 28
								Fev 30
								Mar 34
								Abr 77
								Mai 68
								Jun 17
								Jul 469

Apresentação dos Resultados Parciais das Metas 2022

## Apresentação do Relatório Justiça em Números – Ano-Base 2021

Para falar a respeito do Relatório Justiça em Números – ano-base 2021, foram convidadas a compor a mesa a juíza auxiliar da Presidência e coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, Ana Lúcia Andrade de Aguiar, e a diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Gabriela Soares.

Com a palavra, a juíza auxiliar relatou que, no ano de 2022, houve mudança na metodologia do Relatório em relação aos anos anteriores, qual seja: até o ano anterior, os tribunais calculavam os indicadores localmente e enviavam ao CNJ, contudo, em 2022, o próprio CNJ passa a retirar esses dados da base de dados do Datajud.

Seguidamente, Ana Lúcia Andrade de Aguiar apresentou alguns resultados contidos no Justiça em Números, como o grau de transformação digital nos tribunais pelo Programa Justiça 4.0.

Logo após, a diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias ressaltou que os resultados aferidos no Relatório apontam para maior economia de recursos e aumento na produtividade em relação aos anos anteriores.

Em seguida, Gabriela Soares detalhou os dados do relatório Justiça em Números, passando pela estrutura dos tribunais, força de trabalho, gastos e receitas por segmento de justiça, tempo médio de duração dos processos, entre outros.

Para maiores informações a respeito do Relatório Justiça em Números, basta acessar o [link https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/justica-em-numeros-2022.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/justica-em-numeros-2022.pdf).

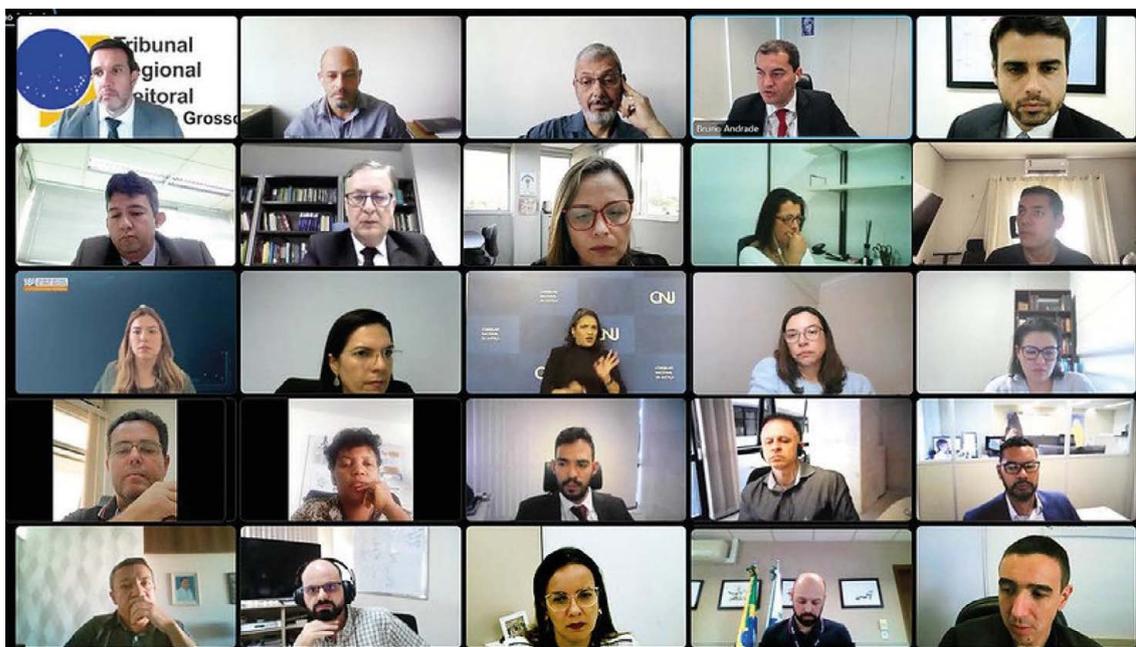


Apresentação do Relatório Justiça em Números – Ano-Base 2021

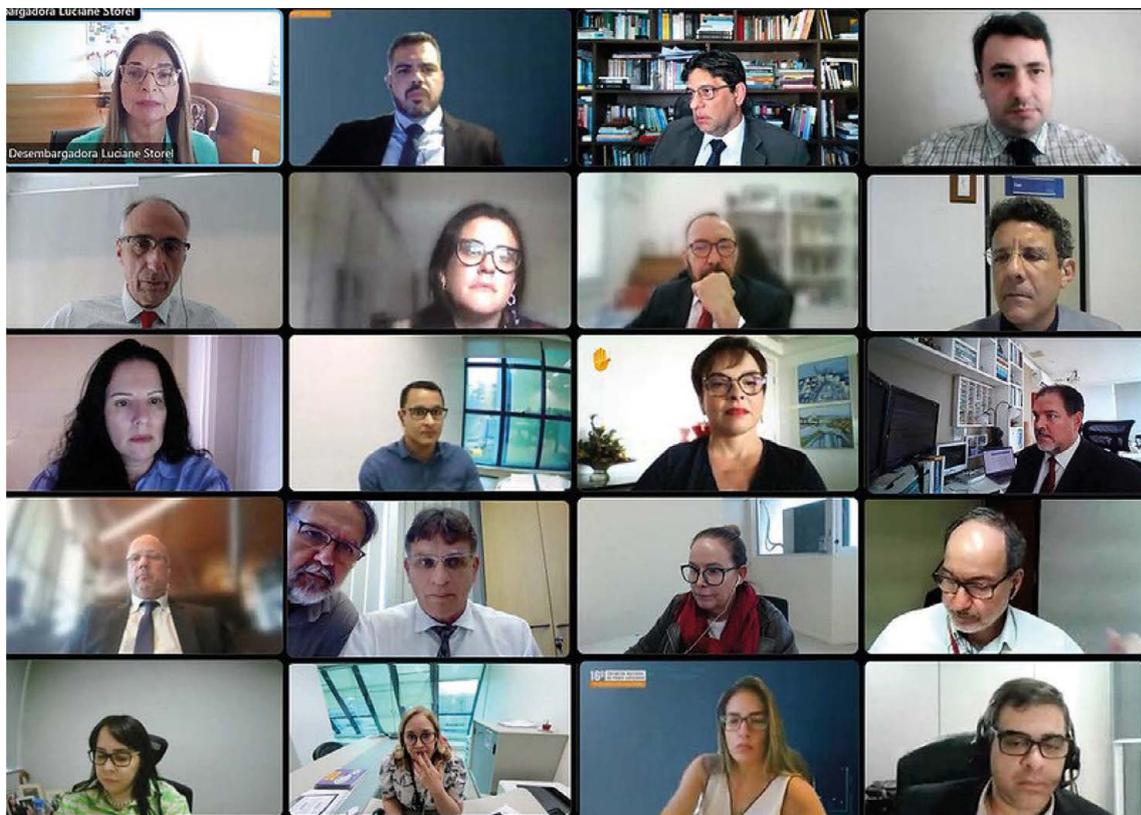
## Reuniões Setoriais

As reuniões setoriais foram realizadas de forma virtual e simultâneas na tarde do dia 2 de setembro com o objetivo de discutir e consolidar as propostas de Metas Nacionais e Metas Específicas dos segmentos de justiça, além de promover os ajustes finais e a validação pelos integrantes da Rede de Governança Colaborativa da proposta do segmento a ser apresentada na plenária.

Nas reuniões setoriais, estiveram presentes, virtualmente, os presidentes de tribunais e/ou representantes designados, além de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e assessores das áreas de gestão estratégica. Os trabalhos das setoriais foram conduzidos pelos coordenadores dos segmentos de justiça na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.



Reunião Setorial da Justiça Eleitoral



Reunião Setorial da Justiça do Trabalho



Reunião Setorial da Justiça Militar



Reunião Setorial da Justiça Federal



Reunião Setorial da Justiça Estadual

## Plenária Final

Para a apresentação das Propostas de Metas Nacionais 2023, os representantes dos segmentos de justiça apresentaram suas respectivas propostas de metas nacionais e específicas, que foram debatidas e acordadas durante as reuniões setoriais dos segmentos no decorrer da tarde do dia 2 de setembro.

A seguir, a relação dos apresentadores das propostas de metas para 2023 durante a plenária final do evento:

➤ Superior Tribunal de Justiça

Nome: Elaine Nóbrega Borges

Cargo: Assessora de Gestão Estratégica do Superior Tribunal de Justiça

➤ Justiça Federal

Nome: Daniel Marchionatti Barbosa

Cargo: Secretário Geral do Conselho da Justiça Federal

➤ Justiça Estadual

Nome: Eduardo Casagrande Sarrão

Cargo: Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

➤ Justiça do Trabalho

Nome: Luciano Athayde Chaves

Cargo: Juiz do Trabalho Gestor de Metas do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

➤ Justiça Militar

Nome: Amílcar Fagundes Freitas Macedo

Cargo: Desembargador Militar Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul

➤ Justiça Eleitoral

Nome: Bruno Cezar de Andrade de Souza

Cargo: Secretário de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral

Para maiores informações a respeito das apresentações feitas pelos coordenadores dos segmentos de justiça, basta acessar:

➤ [Superior Tribunal de Justiça](#)

➤ [Justiça do Trabalho](#)

➤ [Justiça Estadual](#)

➤ [Justiça Federal](#)

➤ [Justiça Eleitoral](#)

➤ [Justiça Militar](#)

## Anexo I – Programação da 2ª Reunião Preparatória

**Data:** 1º e 2 de setembro de 2022

**Público-Alvo:** Representantes dos tribunais e da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário

**Objetivos:** Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026; Apresentação dos premiados no Ranking da Transparência, apresentação dos Resultados Parciais das Metas Nacionais 2022, consolidação das propostas de Metas Nacionais para 2023 e apresentação do Relatório do Justiça em Números – ano-base 2021.

1º de setembro de 2022	
13h30	Solenidade de Abertura Ministro Luiz Felipe Salomão, Corregedor Nacional de Justiça Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Presidente do Superior Tribunal de Justiça Ministro Emmanoel Pereira, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
14h	Premiação do <i>Ranking</i> da Transparência do Poder Judiciário – ano 2022 Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Conselheiro do CNJ, Presidente da Comissão de Eficiência Operacional, Infraestrutura e Gestão de Pessoas Dr. Marcus Livio Gomes, Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ
14h20	Painel 1 – A Política Judiciária para o Meio Ambiente e o Sirenejud Dra. Livia Cristina Marques Peres, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ Wilfredo Enrique Pires Pacheco, Diretor de Projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias
15h	Apresentação dos Resultados Parciais das Metas Nacionais 2022 Dra. Dayse Starling Motta, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ Fabiana Andrade Gomes e Silva, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica
15h30	Apresentação do Relatório do Justiça em Números – ano-base 2021 Dra. Ana Lucia Andrade de Aguiar, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Diretora Executiva do Departamento Pesquisas Judiciárias
16h10	Encerramento

2 de setembro de 2022	
13h30	Reuniões Setoriais dos Segmentos de Justiça Coordenação: Coordenadores dos Comitês Gestores dos Segmentos de Justiça
16h	Intervalo
16h15	Plenária – Apresentações dos Segmentos de Justiça das Propostas de Metas 2023 Dr. Richard Pae Kim, Conselheiro, Presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento Dr. Ricardo Fioreze, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ
16h45	Encerramento

## Anexo II – *Links* das Apresentações do Evento

A seguir, as apresentações exibidas pelos palestrantes durante a Reunião Preparatória:

- Relatório Justiça em Números
- Resultados Parciais Metas Nacionais 2022
- Painel 1 – Apresentação A Política Judiciária para o Meio Ambiente e o Sirenejud – parte 1
- Painel 1 – Apresentação A Política Judiciária para o Meio Ambiente e o Sirenejud – parte 2

O evento foi transmitido pelo YouTube, e a íntegra pode ser acessada no canal do CNJ, clicando [aqui](#).



Poder  
Judiciário

Realização:

**CNU**

CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

